

BOLETIM DE CONJUNTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

VOLUME - 7 Nº 4 MÊS - NOVEMBRO ANO - 1987



UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EDITORIAL

CRUZADO X BRESSER: DUAS DERROTAS, MUITAS LIÇÕES

O fracasso do Plano Cruzado parece haver deixado alguns ensinamentos. O primeiro deles, incansavelmente repetido por alguns, é de que não se deve esperar muito do congelamento. A paralisação por decreto dos preços deve ter um papel secundário no combate à inflação, durante um curto período de tempo. Por outro lado, ficou também estabelecido que mesmo o tratamento heterodoxo não pode debelar a inflação num meio ambiente caracterizado por fortes pressões de demanda.

Visto à luz das lições deixadas pelo Cruzado, o Plano Bresser surge, pois, como uma experiência corrigida. Quanto à primeira lição, foi a tal ponto breve e relativo o congelamento que, a rigor, desde o início houve "flexibilização": mais de 70 preços foram oficialmente elevados durante o congelamento. Quanto aos salários, segundo o novo Plano além de congelados no vale em que tomaram com o fracasso do Cruzado deviam ser mantidos rigidamente sob controle ao término do congelamento. Mais precisamente, quando emergissem as pressões de custo oriundas das majorações ocorridas em 12 de junho, a barriga inflacionária daí resultante deveria ser contida pelas perdas salariais decorrentes da defasagem entre os salários (corrigidos defasadamente pelo mecanismo da U.R.P.) e os preços (impelidos por pressões de custo).

Muitos aplaudiram o novo Plano. Dentre os que o criticaram, a grande maioria apontava a política salarial ali contida como inaceitável. Não faltou mesmo quem enfaticamente proclamasse que, com tamanho arrocho e tanta ortodoxia, o combate à inflação tornara-se uma "mágica besta". Explica-se: o sentido originário da alternativa heterodoxa era, justamente, vencer a inflação sem os (inúteis) sacrifícios impostos pela ortodoxia.

E chegamos onde chegamos ! Mas não se pode seguramente afirmar que as lições extraídas do fracasso do Cruzado eram equivocadas. Acontece, porém, que se o congelamento excessivamente longo e rígido acumula tensões explosivas, o decantado realismo da nova experiência impediu que a economia se livrasse, por um momento sequer, da alta crônica de preços — com o que não foi sequer (de fato) tentada, a reversão das expectativas inflacionárias. Quanto aos salários, se sobem muito rápido, indiscutivelmente provocam um desequilíbrio macroeconômico que irá minar o programa anti-inflacionário; se, no entanto, são (tentativamente) mantidos em baixa, engendram fortes pressões reivindicatórias que em algum ponto irão violar a política de contenção. A partir deste instante, cria-se um novo referencial e a propagação das conquistas torna-se inevitável. Se ademais — como na recente experiência — a roda de altas salariais se sobrepõe a um processo já em curso de elevação de preços, a sua aceleração é inelutável. Se, por fim, o governo tentar resistir ao recrudescimento inflacionário, valendo-se do nefasto recurso do retardamento dos preços (ainda) sob controle (cipados e especialmente públicos) — o que desta feita foi evitado — apenas conseguirá ocultar a inflação, ao custo de novos e crescentes desequilíbrios.

Tal como parecem sugerir os fatos, a atual retomada inflacionária teria ocorrido em duas etapas. Numa primeira fase (em que a inflação se eleva até 6% ao mês) o que mais surpreende é a extensão (quase diríamos universalização) do movimento altista. Alguns preços se adiantaram, como, por exemplo, os de serviços pessoais e confecções. Isto significa que mesmo

face a condições macroeconômicas totalmente diversas das que acompanharam o Plano Cruzado, estes mercados — eminentemente competitivos — se revelam altamente resistentes ao esforço de contenção inflacionária. Por outro lado, convém assinalar, não obstante o movimento de alta observado durante este período não possa ser facilmente associado a custos (as correções tarifárias jamais poderiam explicar movimento tão abrangente de alta de preços); é importante assinalar que a taxa de câmbio e os salários (nominais) elevaram-se significativamente durante o período. Face à dificuldade de entender plenamente a alta dos preços verificados nesta primeira etapa via demanda ou custos, haveria que atentar para a influência das expectativas inflacionárias que, como assinalado, nunca chegaram a ser desarmadas. Há pois aqui, ao que parece, um fenômeno de "levitação" inflacionária, a merecer uma maior atenção dos estudiosos.

Numa segunda etapa, em que a inflação mensal salta para 9 em outubro e 12,8 em novembro, ao movimento altista já em curso são acrescentadas as recentes conquistas salariais, bem como uma nova carga de excitação das expectativas, gerada pelo próprio fracasso — já agora evidente — do novo Plano. Acrescente-se, no que toca a esta fase, que a taxa de câmbio e o referencial de juros (overnight) passam agora a caminhar atrás da elevação dos preços. E isto pela simples razão de que — em plena aceleração inflacionária — encontram-se regulados por uma taxa oficial de inflação que opera com um retardamento de um mês.¹

Não obstante o denso nevoeiro em que nos encontramos metidos, um novo choque parece iminente. Não mais porque se acredite que este tipo de política possa efetivamente vencer a inflação, e sim pelas seguintes razões: primeiramente, há que bai

1) A taxa oficial de, digamos, outubro compara a média de preços medidos entre 15 de setembro e 15 de outubro, com a média dos preços observados entre 15 de agosto e 15 de setembro. Ou seja, o que se está comparando é (aproximadamente) o ponto intermediário 30 de setembro com o ponto intermediário 30 de agosto; o resultado desta medição servirá para calibrar o câmbio e o overnight de outubro.

xar a febre inflacionária (ainda que por um limitado período de tempo); além disto, porque o momento do choque permite a introdução de mudanças que (mesmo com o recrudescimento ulterior da inflação) podem ser, em maior ou menor medida, retidas pela economia. Assim, por exemplo, os preços relativos de alguns bens públicos, mantidos desastrosamente retardados por sucessivas equipes de governo, pouco perderam da correção introduzida a 12 de junho. Desta vez, ao que parece, além de novas correções tarifárias, o momento do choque permitirá, possivelmente, que se caminhe alguns passos na indispensável recuperação da carga tributária (bruta e, sobretudo, líquida). Neste caso, ainda quando fracasse a nova investida antiinflacionária, teremos avançado na montagem das pré-condições de um futuro equacionamento da inflação e do próprio crescimento.

INDICADORES MACROECONÔMICOS

MÊSES	ITENS	Saldo da		Vendas no Comércio Varejista/SP (1)	INPC (2)	IPC (2)	IPCA (2)	IPC-FIPE (2)	IGP-DI (2)
	Produção Industrial	Balança Comercial	(3)						
Março/86	3,43	1.137		13,20	-1,31	-	4,77	0,97	0,82
Abril	20,02	1.292		39,06	0,43	0,78	0,78	2,31	-0,58
Mai	10,83	1.341		24,96	1,08	1,40	1,40	1,92	0,32
Junho	13,71	1.071		26,12	0,97	1,27	1,27	0,96	0,52
Julho	11,14	1.010		21,71	0,84	1,19	1,19	1,07	0,64
Agosto	8,17	950		8,93	1,12	1,68	1,68	1,88	1,33
Setembro	15,74	545		21,07	1,19	1,72	1,72	1,43	1,10
Outubro	10,66	-80		17,74	1,43	1,90	1,90	3,08	1,38
Novembro	8,43	-31		6,77	3,29	3,29	5,45	7,96	2,45
Dezembro	6,99	-214		5,01	7,27	7,27	11,65	10,30	7,56
Janeiro/87	6,45	-40		4,39	16,82	16,82	13,21	13,75	12,04
Fevereiro	12,45	320		-1,74	13,94	13,94	12,64	11,28	14,11
Março	14,22	303		-19,47	14,40	14,40	16,37	11,97	15,00
Abril	8,58	502		-26,60	20,96	20,96	19,10	16,55	20,08
Mai	5,28	959		-28,63	23,21	23,21	22,09	26,49	27,58
Junho	2,03	1.429		-34,86	21,44	26,06	20,68	26,75	25,87
Julho	-5,90	1.457		-34,22	10,05	3,05	10,21	9,24	9,33
Agosto	-4,0	1.433		-23,11	5,09	6,36	4,87	4,45	4,50
Setembro	-5,0	1.494		-30,95	7,15	5,68	-	6,73	8,02
Outubro	-	1.200 ⁽⁴⁾		-	10,88	9,18	11,22	10,17	11,15

NOTAS: 1) Taxa de crescimento (%) em relação a igual mês do ano anterior.

2) Taxa de crescimento (%) em relação ao mês anterior.

3) Em US\$ milhões FOB.

4) Dado provisório.

5) Dados retificados pela CADEX.

FONTE: IBGE/CIEF/CADEX/Fed.Com.Est.S.Paulo/GAZETA MERCANTIL/FGV.

